

“Integração Regional e Projetos Energéticos nas Fronteiras Brasileiras”

Alessandro Biazzi Couto;
Mestre em Relações Internacionais IRI-PUC RIO;
Professor - CEFET RJ;

O objetivo deste trabalho é realizar uma avaliação crítica de projetos de energia nacionais ou binacionais em vias de implementação na região de fronteira do Brasil com outros países. Apresentados como parte de um amplo projeto sulamericano, os projetos de integração energética são discutidos no trabalho a partir uma perspectiva transescalar a fim de refletir no estudos as distintas concepções de desenvolvimento e forças sociais em ação nesses territórios com relação aos impactos e alternativas. Conclui se que a maior parte dos projetos analisados não apresentam as sinergias ou inovações divulgadas, discutindo-se as causas e possíveis alternativas em termos de integração regional para o desenvolvimento da America Latina..

Palavras-chave: Integração Energética , Fronteira, Desenvolvimento Regional

Palavras-chave:
Energia; Integração Regional; Fronteira; América Latina

Introdução

As reflexões públicas e pesquisas a respeito da integração regional no âmbito das relações internacionais da América Latina priorizam os acordos comerciais, acompanhando a própria agenda intergovernamental e de determinadas forças sociais nessa direção. Sem ignorar a dimensão e importância dos acordos comerciais, tratados aduaneiros e também da coordenação macroeconômica entre países para constituição dos chamados blocos econômicos regionais, o objetivo deste artigo é refletir sobre a integração regional na América Latina no setor energético, e mais especificamente sobre a realização de projetos de infraestrutura nos espaços de fronteiras do Brasil com seus vizinhos com esse objetivo..

Trata-se de analisar como na temática da integração regional se orienta a convergência de políticas e iniciativas voltadas para o segmento de energia (e também no de transportes e telecomunicações), tanto de ponto de vista ideológico-institucional, quanto de suas consequências socioterritoriais. Como destaca Fuser¹, o consenso entre os analistas é que apesar da existência de uma série de interconexões energéticas e projetos bilaterais realizados historicamente entre países da América Latina, como hidrelétricas e gasodutos, esses não têm sido suficientes para a emergência de uma integração energética capaz de otimizar o aproveitamento e uso das reservas, criar institucionalidades capazes de coordenar e planejar o setor no longo prazo, ou mesmo constituir uma política comum para distribuição dos benefícios do uso da energia.

Esse autor destaca ainda que o apoio genérico à integração energética como meta por parte de lideranças políticas e empresariais, especialmente na América do Sul, não está dissociado de uma necessária avaliação política do modelo de desenvolvimento e as estratégias distintas de inserção internacional desenvolvidas pelos países, sendo portanto necessário ir além da dimensão econômica ou de uma “técnica” em oposição a “política” para avaliar as limitações e forças sociais constituintes do que se convencionou como integração regional energética.

Sem negligenciarmos os esforços no sentido de incrementar a coordenação entre agentes do setor de petróleo e eletricidade que se desenvolveram no âmbito da Organização Latino América de Energia (OLADE) para o setor de petróleo e da Comissão de Integração Energética Regional (CIER) para a eletricidade desde os anos 60 do século XX, foi no contexto mais recentemente em que se passou a ter um foco ampliado da energia na escala regional sul-americana como modelo de planejamento, especialmente entre os países, com propostas como a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA). .

¹FUSER, Igor Energia e Relações Internacionais - Vol. 2 - Col. Relações Internacionais Saraiva 2013

Eixos de Integração da IIRSA - novo desenvolvimento regional ou legitimidade para velhos enclaves?

A IIRSA foi um acordo impulsionado em termos simbólicos a partir da primeira reunião realizada entre os doze presidentes dos Estados Independentes da América do Sul, entre os dias 31 de agosto e 1 de setembro do ano 2000 em Brasília, Brasil. Neste contexto negociava-se ainda a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com os Estados Unidos, em que a agenda da IIRSA buscou ser complementar. Um ano depois, sob a liderança do presidente mexicano Vincent Fox, foi lançado um plano governamental análogo entre o México e os países da América Central, o Plan Puebla Panamá (PPP).

Passados mais de dez anos, mudanças significativas se gestaram no âmbito dos poderes executivos nacionais com a eleição de governantes identificados com forças sociais à esquerda do espectro político; críticos ao processo de privatização e a abertura comercial colocados nos acordos discutidos naquele contexto e como um todo a implementação de um modelo de Estado Neoliberal na América Latina, com todas as nuances e contradições desse processo político.

No contexto em que a IIRSA foi criada dos presidentes citados acima apenas Hugo Chavez poderia ser qualificado claramente nesse campo, em que vieram se somar Evo Morales na Bolívia; Rafael Correa no Equador; Lula no Brasil; Tabarez Vasquez no Uruguai e Fernando Lugo no Paraguai, para ficarmos com alguns dos exemplos mais expressivos. O acordo contou desde o princípio com a formatação técnica, estudos e a perspectiva de financiamento por parte de Instituições Financeiras Multilaterais como a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e, mais indiretamente, do Banco Mundial.

Com isso, os investimentos privados e governamentais poderiam promover ganhos de escala e a articulação de interesses mútuos entre os países em matérias regulatórias e na realização de projetos de integração de infraestrutura. Deve-se destacar que nesse processo foram envolvidos superficialmente ou excluídos diversos agentes do campo energético tradicionais em matéria de petróleo, eletricidade e biocombustíveis (reguladores nacionais; operadores do sistema; estatais ou empresas regionais, por exemplo), com um maior protagonismo dos Ministérios de Planejamento.

No contexto da reunião de Brasília o governo Brasileiro demandou ao BID que preparasse um estudo de apoio aos presidentes a cerca do estado geral da infraestrutura na América do Sul. A equipe que preparou o estudo foi conformada por técnicos do banco e contou também, como o próprio documento destaca “ *con el valioso aporte técnico de la firma consultora Booz, Allen &*

Hamilton”², a mesma empresa de consultoria que formulou no governo Fernando Henrique Cardoso no consórcio Brasileira os eixos de desenvolvimento e integração do planejamento territorial brasileiro. Acselrad esclarece nesse âmbito como a idéia de eixos de integração e desenvolvimento veio a se legitimar e se construir no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso a partir de 1994 em que se gestaram uma série de novos determinantes econômicos e políticos para a estratégia do desenvolvimento territorial brasileiro e na definição de eixos de articulação territorial de corredores de exportação, desde uma perspectiva mais abrangente que a do espaço nacional.³

Outro diferencial estaria na introdução de uma lógica mercantil para avaliar quais seriam os projetos prioritários, no sentido de gerar oportunidades para o investimento privado, agora responsável também pela própria gestão e exploração das infra-estruturas de serviços públicos. A lógica dos investimentos do programa Brasil em Ação tinha como referencial estratégico o estudo de Eliezer Baptista da Silva, - “*Infra-estrutura para o desenvolvimento Sustentável e Integração da América do Sul*” patrocinado pelo Business Council for Sustainable Development – Latin America (BCSD – LA), e que se definiu como o documento base para ação do governo FHC e posteriormente da própria IIRSA.⁴

Contudo o principal diferencial do estudo de Eliezer e que irá marcar posteriormente o planejamento da IIRSA está na tentativa de formular uma concepção mais ampla do que a da idéia de pólos de crescimento. Trata-se do conceito de cinturões ou eixos de desenvolvimento e que esses contemplam um aglomerado de projetos melhor distribuídos territorialmente. Esses eixos de desenvolvimento se definiriam por uma sinergia entre sistemas de transporte; suprimento de energia e de linhas e redes de telecomunicações: “*incluindo instalações associadas como portos, terminais de carga e descarga, instalações de estocagem e manuseio, hidrovias, rodovias e ferrovias.*” e também a capacidade de gerenciar e coordenar todas essas instalações.⁵

O segundo Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do governo Fernando Henrique Cardoso para os anos 2000-2003 – o “Avança Brasil” aprofundou essa visão de planejamento em torno dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”. As oportunidades de investimentos foram definidas por um estudo elaborado, após licitação, pelo consórcio privado Brasileira, em março de 1998.⁶

2 Documento BID “Un Nuevo Impulso a Integracion de la Infraestructura en América do Sur” 2000 Disponível em: <http://www.iadb.org/document.cfm?id=35317367> Acesso em: 10/08/2016.

3 ACSELRAD, Henri. . Eixos de Articulação Territorial e Sustentabilidade do Desenvolvimento no Brasil. 10. ed. Rio de Janeiro: Fase, 2001. v. 1. p.102 p.

4Ibid. p.45.

5Ibid. p.46.

6Segundo Carvalho, Guilherme em “O protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA” FASE 2004 pg 56 “O Consórcio Brasileira era formado pelas empresas de consultoria Booz Allen e Hamilton do Brasil Consultores, Bechtel International Corporation e Banco ABN Amro e ficaram sob a supervisão de equipes do

Os doze eixos do “Brasil em Ação” tinham uma natureza ambígua destaca o autor, ora vinculados a uma visão estratificada e hierarquizada do território, focada nas vias de transporte que acompanham a definição dos eixos e seus “projetos âncora”, ora a uma “região de planejamento amorfa”, definida quase que exclusivamente pelas implicações derivadas da obra central, sem uma apreensão mais profunda de outras dimensões sociais, econômicas e culturais próprias a essas regiões-plano. O estudo do Consórcio Brasileira não contribuiu efetivamente para mudar esse quadro e a “*espacialidade da logística específica dos grandes projetos infra-estruturais prevaleceu sobre a pesada dimensão espacial, efetivamente regional, da pobreza e de outros campos de preocupação das ações governamentais*”⁷

Acsegrad também enfatiza como a razão política é substituída pela racionalidade microeconômica, em que os próprios articuladores ideológicos dos eixos reconhecem que os investimentos dificilmente poderiam configurar um plano de desenvolvimento regional. Ao considerarem o espaço apenas como um espaço dos negócios os eixos servem, fundamentalmente, a legitimação de projetos específicos “*sob critérios que não pareçam estar submetidos apenas a interesses localizados. Daí a menção recorrente ao holismo e a longo prazo, à sinergia e à sustentabilidade.*”⁸ Esse ponto é fundamental para se analisar também os projetos da IIRSA, já que seu modelo de modelo de gestão e implementação, a despeito desses adjetivos, é o de projetos unitários.

Como destaca Acsegrad, a

*“figura do funcionário-empresário, responsável por atrair investidores que permitam transformar um portfólio de investimentos-candidatos em projetos, é emblemática desta interpenetração entre o mercado e a política. O negócio determina a ação política, o marketing substitui o debate público, o investidor potencial assume o posto de comando. E este modelo de gestão de portfólio de investimentos expresso em 365 projetos evidenciará assim a preocupação central com a eficiência administrativa, tendo por contrapartida a desconsideração da perspectiva dos atores sociais – não empresariais que poderiam dar legitimidade política aos projetos.”*⁹

Na leitura de Acsegrad, tanto o programa “Brasil em Ação”, quanto a geoeconomia de Eliezer Batista se fundamentam

“[pela] ótica do mercado mundial, [que] portanto, articula o todo nacional, integrando/desintegrando diferentes porções do território ao mercado mundo. O meio ambiente é submetido à economia – reduzido que é aos propósitos de economizar materiais e espaço. Por outro lado, ao mesmo tempo, o meio ambiente é entendido como tudo o que não vai ser diretamente integrado/articulado. Assim, se no período desenvolvimentista, as populações locais eram

BNDES e do Ministério do Planejamento” p.56.

⁷ACSEGRAD, p. 71.

⁸Ibid. p. 75.

⁹Ibid idem

ignoradas, apagadas do mapa do desenvolvimento, agora, as populações locais e seus ambientes são vistas como entraves/gargalos para o sistema de transportes.”¹⁰

Nesse sentido, os investimentos em infraestruturas físicas cumprem um papel central no processo histórico de expansão territorial dos espaços nacionais, do capitalismo como modelo global e de toda organização social. Como enfatiza Harvey,

*“ O movimento fluido sobre o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infraestruturas físicas no espaço. Vias férreas, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, oleodutos etc constituem capital fixo incorporado a terra. [...] Embora facilite a mobilidade espacial de outras formas de capital e trabalho, o capital fixo investido na terra requer que as interações espaciais sigam o padrão geográfico fixado de seus investimentos para que seu próprio valor se realize”*¹¹

Em uma análise histórica da questão do planejamento regional Vainer, destaca como o desenvolvimento capitalista ao mesmo tempo em que se caracteriza por sua dimensão expansiva e incorpora novos espaços a produção, *“concentra e centraliza espacialmente os meios de produção e de poder”*.¹² Historicamente as grandes cidades e metrópoles que concentram o setor industrial, comercial e financeiro, como o sudeste brasileiro e a Grande Buenos Aires, na Argentina, vieram a consolidar o espaço nacional e a divisão do trabalho incorporando as demais regiões a lógica da (re)produção de seus capitais.

Nesse contexto as regiões que se constituem como dominantes na articulação e produção do espaço, acabam por *capturar* as demais, como destaca Francisco de Oliveira.¹³ Tanto Vainer quanto de Oliveira enfatizam que historicamente a questão regional no Brasil é, por definição, a questão do Nordeste e que essa veio a se projetar politicamente por uma série de mecanismos institucionais no sentido de aproveitar as potencialidades e identificar os gargalos da economia regional. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é o caso mais emblemático nesse sentido e que perpassa também o planejamento da Amazônia com a SUDAM, A crise da SUDENE e da própria questão regional no Brasil que se desenrola nos anos sessenta é acompanhada pela imposição no planejamento territorial dos imperativos da integração nacional de todo o território, como parte do projeto da ditadura militar.

Ou seja, o desenvolvimento regional que refletia inicialmente uma preocupação com a integração entre as regiões (intra-regional) e as particularidades destas, dá lugar a estratégias pontuais e deslocadas desses espaços, voltando-se para a forma como cada região irá contribuir para o projeto de desenvolvimento e segurança nacional. “O espaço nacional que emerge da crise

¹⁰Ibid. p.58.

¹¹ HARVEY, David. 2003, p.87.

¹²VAINER, Carlos. B.; ARAUJO, F. G. B. de. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, p.12.

¹³de Oliveira apud Vainer; Araujo 1992. IBID, p. 18.

do regional é mais segmentado”, como afirma Vainer, “na medida em que veio a dar lugar a uma verdadeira 'era dos enclaves'.¹⁴ *As regiões passam se organizar assim como somas de recursos e pontos que se submetem ao poder central.* Em seus próprios termos, “*não é a região que acolhe o pólo, é o pólo que define as novas regionalizações*”, constituindo por exemplo, a região de Carajás, a região de Itaipu e a região da Aracruz-Celulose, em que o planejamento e gestão do espaço passa a ser de competência de empresas ou da dinâmica setorial que promove esses projetos.¹⁵

Os Grandes Projetos de Investimento (GPIs), entendidos pelo autor a partir de uma conceituação que abrange projetos de arranque da produção e de cadeias produtivas de metais, petróleo refinarias, centrais elétricas, centrais portuárias, *estradas*, “*geram o espaço, e simultaneamente gerem o espaço*”. sob uma lógica econômica seus controladores formulam e definem os sentidos do espaço em que os projetos são implementados a partir de critérios quase sempre alheios e externos aos das populações e da dinâmica regional. O resultado é que com a implementação dos GPIs, se produzem conseqüências contraditórias ao desenvolvimento propalado por esse, desestruturando as relações de produção previamente estabelecidas, gerando crescimento desordenado, favelização, prostituição, degradação do meio ambiente etc sem que as esferas políticas locais sejam capazes de dar conta desses efeitos.¹⁶

Nesse sentido, o Estado cumpre um papel decisivo, seja na geração de incentivos diretos para que o capital promova essa expansão, seja em sua produção direta caso o capital não se engaje integralmente em concretização e, particularmente, pelo sistema de crédito . Harvey enfatiza que a reprodução simples e estacionária é incompatível com o modo capitalista de produção e a missão histórica da burguesia de “acumulação pela acumulação, produção pela produção”.¹⁷ Harvey destaca uma série de mecanismos capazes de expandir a demanda efetiva e absorção de produtos de forma intensiva, como a penetração do capital em esferas de atividade até então organizadas por outras formas de produção; a criação de novos produtos e necessidades etc. Ele confere, no entanto, uma atenção particular à dimensão extensiva desse processo e que é fundamental para a abordagem desse tema, a da “*expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”*”.¹⁸

A expansão da infraestrutura é central nesse processo já que “os preços tanto das

14 Ibid. p.28.

15 Ibid. p.30-31.

16 Ibid. p.37.

17 HARVEY, David HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005, p.45-46.

18 Ibid, idem. p. 48.

mercadorias, tanto das matérias-primas quanto dos bens acabados, são sensíveis aos custos de transporte e a capacidade de coletar as matérias-primas em lugares distantes...”¹⁹, diminuindo os custos de circulação e contribuindo para “a anulação do espaço pelo tempo”, característica própria da modernidade capitalista. É necessário enfatizar também a estreita associação existente entre essa expansão física do capital, o colonialismo e o imperialismo como processos históricos. Harvey realiza ainda uma interpretação própria do imperialismo em publicações como o “*Novo Imperialismo*” e “*Spaces of Global Capitalism*”²⁰. tendo em vista o aprofundamento do processo histórico de globalização e o avanço do neoliberalismo. A principal contribuição dessas obras está em sua releitura do processo de acumulação primitiva de capital descrito por Marx – como a mercantilização da natureza, a privatização das terras coletivas, a supressão de formas autônomas de produção baseadas no valor de uso - não como etapas prévias a formação social capitalista, mas como dinâmicas inerentes à acumulação de capital no contexto neoliberal ou mesmo como necessárias frente aos problemas de sobreacumulação no âmbito da reprodução expandida.²¹

Seu argumento se diferencia do de Rosa Luxemburgo que no início do século XX, atribuía à acumulação originária uma necessidade imperialista para crises de subconsumo e, assim, demarcava uma exterioridade dos espaços não-capitalistas. De fato, Harvey amplia a compreensão teórica sobre esses processos, caracterizando-os sob o termo “acumulação por espoliação” e que envolveriam a mercantilização de uma série de dimensões da vida social, como a biodiversidade, o material genético humano, a educação e todos os ativos públicos passíveis de serem colocados em circulação no processo de acumulação. Harvey faz referência a um trecho da intelectual indiana Arundathy Roy, elucidativo sobre esse processo de privatização dos bens públicos.

*“A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa. Apossar-se desse ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara em uma escala sem paralelo na história”*²²

A estruturação das relações sociais pelo capital mais avançado, ligado aos circuitos financeiros globais sobre outras formações sociais, é destacada em um sentido análogo ao de Harvey por Saskia Sassen, como distinta do “período keynesiano” - que permeia a própria construção da análise latino-americana da economia política - no sentido de que não se busca mais a valorização das pessoas como trabalhadores e consumidores. Isso seria particularmente

¹⁹Ibid, idem. Harvey, p. 49.

²⁰HARVEY, David. *Spaces of Global Capitalism: Towards A Theory of Uneven Geographical Development* (London: Verso 2006).

²¹Harvey *Spaces*. p. 25.

²²ROY APUD Harvey. *Novo Imperialismo*. p.133.

observado na África e em partes da América Latina, uma vez que determinados territórios são reposicionados globalmente não a partir da representação das comunidades políticas e indivíduos que ali habitam, mas como espaços de disponibilidade de recursos naturais.

Nessa versão contemporânea do processo de acumulação primitiva, o capitalismo global *“is akin to wanting only the horns of the rhino, and throwing away the rest of the animal, devaluating it, no matter is multiple utilities. Or using the human body to harvest some organs, and seeing no value in all the other organs, let alone the full human being – it can all be discarded.”*²³

Os agentes privados próximos na formulação da agenda intergovernamental da IIRSA compreendem esse tipo de questão como uma exterioridade ao modelo em questão, ou seja, de um “novo regionalismo” a fim de contrastá-lo as consideradas frustrantes iniciativas anteriores do pós-guerra e do modelo de substituição de importações. Para os autores do estudo inicial da IIRSA, além da sustentabilidade e do imperativo da inserção global, outra diferença marcante está em sua tentativa de planificar o espaço sul-americano a partir de “eixos de integração e desenvolvimento”, incorporando essa experiência tida como de sucesso no planejamento territorial brasileiro, em que a implementação da carteira de projetos é projetada a partir de franjas multinacionais de regiões. Assim, os investimentos em infraestrutura obedeceriam a uma coerência própria nesses espaços.

O documento faz ainda uma defesa dos benefícios criados por esse novo regionalismo com o livre comércio; as aberturas unilaterais e multilaterais; os novos fluxos de comércio; exportações e investimento externo; o incremento do comércio interregional e o fato das iniciativas desse contexto serem mais “verossímeis para o setor privado”²⁴ ²⁵ Citam também o contexto de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a implementação da ALCA até 2005, como processos relevantes a serem levados em conta no aprofundamento da integração regional de infraestrutura.

A defesa explícita da implementação da agenda neoliberal na América Latina que fazem as Instituições Financeiras Internacionais, como o BID, nesse contexto de formulação da Iniciativa compõe o discurso hegemônico de então, o que torna o documento ainda mais relevante enquanto antecedente da IIRSA. No que se refere especificamente a infraestrutura o documento do BID não produz nenhuma novidade em relação ao que já identificamos para o caso brasileiro em seus eixos de desenvolvimento, no que confere legitimidade e uma dimensão “estratégica” da integração regional, mas que efetivamente se baseia em uma carteira de projetos implementados de forma privada e segmentada, sem instrumentos de avaliação concretos de sua contribuição para a integração entre os países e suas sociedades.

²³SASSEN, Saskia “A Savage Sorting of Winners and Losers: Contemporary Versions of Primitive Accumulation,” *Globalizations*, March-June 2010, Nos. 1-2, pp. 23-50 p. 46

²⁴BID “Un Nuevo Impulso a Integración de la Infraestructura en América do Sur” 2000 p. 4-11.

²⁵Ibid. P. 4.

Os mapas, idéias-força e eixos difundidos na Iniciativa, a partir da influência de consultorias privadas se inserem aquilo que Haesbaert qualifica como uma região enquanto instrumento de ação, tratando-se

*“de uma noção mais normativa da região não tanto – ou não apenas- preocupada em reconhecer “o que é” efetivamente a região enquanto realidade empírica ou em desdobrá-la e avaliá-la enquanto instrumento analítico, mas em propor ações efetivas, caminhos, “indicar um futuro” ou um devir (delineando novas conexões) das configurações regionais de modo a adequá-las a determinados propósitos político-econômicos.”*²⁶

Uma questão central que emerge dessa reflexão é a de que os próprios GPIs, de forma planejada ou não, promovem uma regionalização particular, ao (re)ordenarem o território de acordo com a sua lógica setorial e privada, transformando antigas regionalizações, se sobrepondo a outras ou mesmo constituindo novas regiões a partir da lógica de expansão extensiva do sistema capitalista. A regionalização proposta nos planos da IIRSA se constrói nestes termos, priorizando uma carteira de GPIs como forma de interconectar os países sul-americanos em diferentes setores de infraestrutura. . O processo de regionalização que a IIRSA engendra, no entanto, parte de uma compreensão distinta a da região enquanto o espaço subnacional do planejamento, intermediário entre o nacional e o local. O fundamento da região-eixo promovido na IIRSA é o da promoção de GPIs específicos para a integração do espaço continental sul-americano próximo daquilo que identifica Haesbaert, como um processo em que “se regionaliza para melhor globalizar” e em que os regionalismos de países periféricos atuam também como uma nova espécie de “escala operacional da globalização comercial e financeira”.²⁷

Se de fato a rejeição a ALCA no debate público da região e governamental foi notória esse não parece ser o caso da IIRSA, cujos eixos, ideias-forças e planificação territorial foram aprofundados em conformidade com os aspectos “técnicos” formatados pelas Instituições Financeiras Multilaterais, especialmente o BID e a CAF, que também estruturavam a ALCA. Dai a importância de visibilizarmos os mecanismos que conferem legitimidade a um modelo regionalização, difundida por essas instituições.

.A invisibilidade de outras forças socioeconômicas na constituição efetiva de um espaço comum integrado sul-americana também é particularmente problemática se temos em mente que a construção e disputa por hegemonia nas sociedades modernas se dá no âmbito da sociedades civis, em que se conferem diferentes sentidos e escalas de realização às políticas de desenvolvimento. Como lembra Pieterse, “[d]evelopment thinking and policy is a terrain of hegemony and counterhegemony. In this contestation of interest there are many stakeholders and

26HAESBAERT, Rogério. Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010, p. 103.

27HAESBAERT, pg.148.

multiple centers of power and influence.”²⁸ Portanto, para analisar as relações sociais que permeiam a integração energética em toda sua complexidade, é preciso transbordar os marcos teóricos da reificação no “internacional” de interesses nacionais.

A integração energética e a regionalização por meio de obras de infraestrutura não é obra exclusiva dos Estados Nacionais, mas é também e cada vez mais de forças sociais que operam em redes e fluxos globais, que no processo de acumulação capitalista global, necessitam de acesso a recursos naturais abundantes e de baixo custo, ampliando a extensão territorial e alcance social da mercantilização. Segundo, na medida em que existe uma distribuição desigual de recursos e especializações distintas dos próprios territórios que perpassam o espaço sul-americano, uma política de integração regional de infraestrutura e energética analisada apenas na macroescala como um benefício geral, não se aprofunda nos ganhos desiguais e contraditórios dessa (nova?) regionalização orientada por megaprojetos. Nogueira sintetiza teoricamente essa compreensão ao destacar que na globalização os cidadãos nacionais são cada vez mais “acionistas minoritários” das políticas adaptativas de seus Estados na produção de um espaço global abstrato. Em seus próprios termos,

a “eficácia” do estado enquanto instância de centralização e poder e autoridade em um espaço territorial, passa a depender de sua capacidade de adaptar-se a dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização que caracterizam a globalização – adotando, por exemplo, estratégias de integração regional. [...] Suas funções assumem um caráter muito mais disciplinar e repressivo do que propriamente constitutivo de um espaço político que permite o desenvolvimento de instituições de poder legítimas pela participação da cidadania – a promessa do estado liberal moderno. Em outras palavras, a articulação entre territorialidade e as estruturas de lealdade e identidade que sustentam a legitimação do poder perde força diante do deslocamento das práticas estatais espaciais historicamente dirigidas para a organização do espaço nacional, para o plano global. A produção de um espaço global (abstrato) implica, portanto, um déficit de cidadania, ou dito de outra forma, uma redefinição da cidadania enquanto participação na economia política global, o que implica o confinamento de cidadãos “nacionais” no interior de estados cujos recursos se destinam cada vez mais a assegurar o funcionamento eficiente de uma economia global da qual eles são apenas “acionistas minoritários” ²⁹

Essas idéias, como os próprios slogans do site da IIRSA atestam, são capazes de “construir consensos” em torno de um “futuro comum”, em que as contradições, desigualdades, conflitos sociais e a fragmentação territorial próprias a dinâmica da acumulação do capital no espaço geográfico buscam ser apagados. Nesse particular a idéia de “eixos de integração e desenvolvimento” adquire centralidade ao promover como diretriz do planejamento territorial a constituição de extensos espaços homogêneos multinacionais a serem preenchidos pelos projetos.

28PIETERSE, Nederveen Jan "Development theory : deconstructions/reconstructions / Jan Nederveen Pieterse" SAGE Publications (2001) p. 37.

29 NOGUEIRA, João Pontes. Notas sobre a Contribuição da Teoria Crítica à Problematização do Espaço nas Relações Internacionais. Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2000., p. 418-19.

Em termos objetivos essa contribuição nos permite indagar de forma crítica sobre o processo gradativo de transformação no planejamento dos Estados periféricos ao deslocarem suas funções de facilitação e controle do desenvolvimento capitalista do plano nacional para o plano continental ou regional.

A IIRSA foi estruturada no sentido de coordenar e conferir legitimidade regional a uma carteira de projetos implementada por GPIs que não necessariamente se relacionam entre si na prática e permitir uma unificação dos marcos regulatórios em diferentes processos setoriais. No entanto dos processos setoriais de planificação – de sistemas operativos de transportes marítimos; marítimo e multimodal; de facilitação de tráfego de fronteiras; tecnologias da informação e telecomunicações; marcos normativos de mercados energéticos e instrumentos para o financiamento- não lograram o mesmo êxito do que a planificação da carteira de projetos, nos eixos.

No caso dessa pesquisa a coordenação e facilitação de obras de infraestrutura para produção de um espaço comum sul-americana está permeada, fundamentalmente, por duas lógicas. A primeira se define pela pressão adaptativa que se coloca igualmente a todos os Estados Nacionais, por forças internas e externas, no sentido de que sem infraestrutura, estão perdendo em competitividade em relação a outras regiões do planeta. A segunda lógica, e não menos importante já que confere contornos político-estratégicos a essa coordenação, está no processo de transnacionalização da economia brasileira que em termos relativos, é a maior e mais complexa da região

Assim como os agentes do setor elétrico brasileiros tem impulsionado a realização de mega projetos hidroelétricos na Amazônia, em que Belo Monte e o Complexo do Madeira (esse parte dos projetos da IIRSA) a fim de atender sua expansão setorial e a demanda de centros urbanos industriais e das indústrias eletrointensivas, distantes dos aproveitamentos energéticos, o governo peruano tem se voltado para seu território Amazônico, no sentido de expandir a geração de energia elétrica. A provisão de energia para as cidades e populações amazônicas que atualmente são abastecidas por fontes termoelétricas e sistemas isolados é um interesse secundário dos dois países, já que os projetos visam fundamentalmente atender a necessidades externas aos territórios em que são implementados, a partir de demandas setoriais e de centros distantes, como destacamos anteriormente a partir das contribuições de Vainer

Os acordos negociados entre Brasil e Peru desde 2006 visando a exploração conjunta de energia hidroelétrica com a possível exportação para o mercado brasileiro e concluídos em 2010 sinalizavam então o interesse de agentes do setor elétrico brasileiro e grandes construtoras em construir seis hidroelétricas no Peru. Como destaca Dourojeanni, essas seriam

Inambari (2,000 MW), Sumabeni (1,074 MW), Paquitzapango (1,374 MW), Urubamba (940 MW), Vizcatan (750 MW) y Cuquipampa (800 MW) y, claro, las líneas de transmisión correspondientes que serían integradas al sistema brasileño. El costo total de las seis obras sería del orden de los 16 mil millones de dólares y los dos primeros proyectos seleccionados, con concesión temporal y estudios en curso, son los del río Inambari, en la confluencia de Madre de Dios, Cuzco y Puno, que costaría unos 4 mil millones de dólares y el de Paquitzapango, en el departamento de Junín. Apenas para brindar una idea de lo que se trata, Inambari sería, en términos de generación de energía, la mayor represa del Perú y la quinta mayor de América Latina, con un área de inundación de más de 40,000 hectáreas.³⁰

Parte da rejeição a Inambari e do Acordo Energético com o Brasil com a mudança de governo no Peru com Ollanta Humala em 2011 demonstram a fragilidade do planejamento orientado por uma carteira de projetos realizada em eixos, como se propõe na IIRSA. Além da pressão social dos atingidos nos departamentos de Puno e Madre de Dios, estimados em mais de 9000, calcula-se que o reservatório da mega hidrelétrica inviabilizaria entre 90 e 150 km da estrada Interoceânica (dependendo da altitude final da barragem) e que seriam necessários, estima-se, 300 milhões de dólares apenas para realizar obras de adaptação na rodovia.³¹

Outro exemplo significativo refere-se a integração energética e fluvial entre Rondônia no Brasil e Pando e Beni na Bolívia..Como as Hidrelétricas do Rio Madeira, Santo Antônio (3150 MW) e Jirau (3450 MW), financiadas pelo BNDES e bancos privados com um custo total de 12 e 10,54 bilhões de reais respectivamente não levaram em conta a construção de eclusas para viabilizar o fluxo de embarcações, a realização desse transporte se torna inviável pelo alto custo (no mínimo 1,4 bilhões de reais), como pelo desinteresse dos consórcios em orientar um recurso sob seu controle para outros fins distintos da produção de energia.³² De acordo com o sítio da IIRSA o Ministério do Meio Ambiente brasileiro condicionou a aprovação do projeto de construção das usinas sem a construção das eclusas, alegando que esse projeto “aumentaria a pressão antrópica na região”.³³

Nesse sentido, a hidroelétrica binacional Bolívia-Brasil, na fronteira entre os dois países, também necessária para o sistema de eclusas de navegação, não consta no planejamento do setor elétrico brasileiro e não apresenta estudos completos de factibilidade. Do lado boliviano da fronteira os estudos a respeito da Hidroelétrica de Cachoeira Esperanza (800MW) avançaram no governo de Evo Morales . Apesar de ainda não contar com financiamento para os custos de 1 bilhão e 200 mil dólares , o governo boliviano dá sinais claros de que avança nos estudos em 2016 e que essa hidroelétrica será construída pela estatal Empresa Nacional de Electricidad –

30Dourojeanni; Marc et al; Amazonía peruana en 2021. Explotación de recursos naturales e infraestructura: ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significa para el futuro? Lima:ProNaturaleza; SPDA; DAR; ICAA, 2009. p.162, 2009, p. 40-41

31 <http://www.bankinformationcenter.org/es/latinoamerica/biceca/> Acesso em 10/08/2016

32Ibid., idem.

33Ibid., idem.

ENDE e tem retomado negociações com o governo brasileiro com esse objetivo.³⁴

Na medida em que os eixos formulados pelos planejadores estatais no espaço fronteiriço entre Peru-Brasil-Bolívia se apresentam incoerentes, sem mecanismos de avaliação de seus resultados ou mesmo diretamente contraditórios a IIRSA pode ser compreendida nesse âmbito como um mecanismo de coordenação que além de uma instucionalidade de baixo perfil, confere legitimidade a enclaves e gera fragmentação local. Madre de Dios e Pando, enquanto representativos de uma “periferia da periferia” do capitalismo global são marcados pela exclusão nos processos de construção dos Estados nacionais da Bolívia e do Peru. Nas últimas décadas esses Departamentos têm sido permeados por contradições na apropriação e uso de seus territórios entre populações tradicionais extrativistas, indígenas, ribeirinhos e a emergência de migrantes andinos, madeireiras, mineração de ouro informal, reservas petrolíferas, projetos hidroelétricos e a própria construção da rodovia interoceânica, que se atender aos objetivos colocados na IIRSA, tende a potencializar essas contradições.

Fugiria aqui aos fins da investigação fazer outras previsões sobre os impactos socioambientais futuros dessas hidroelétricas e do projeto de Inambari em particular, no entanto fica evidente a tese que *permeia* essa investigação de que os eixos de integração e desenvolvimento IIRSA não expressam em seu regionalismo uma preocupação com a planificação das economias regionais que advogam em teoria. Ao contrário, os eixos confundem e escondem uma realidade em que a implementação dos GPIs de forma segmentada não produz efeitos sinérgicos na região, mas fragmentação territorial e a desestruturação das relações sociais preexistentes, ao não incorporarem justamente mecanismos institucionais holísticos ou integrais para a promoção do desenvolvimento regional que advogam.

Alternativas e fundamentos para uma outra Integração Regional e Energética nas fronteiras brasileiras

Frente as questões levantadas anteriormente a respeito da IIRSA cabe a ressalva de que alguns dos passos tomados nos últimos anos, com a constituição do Conselho Energético e da própria UNASUL colocam uma agenda mais promissora para a integração energética da região do que a agenda que dominou em um primeiro momento a integração de infraestrutura, inserida na IIRSA, orientada na planificação geral de uma carteira de projetos sem mecanismos de acompanhamento e relação causal dos projetos com a integração regional. Neste contexto de uma (re)definição dessas institucionalidades é que esse artigo propõe para a reflexão propostas e métodos no sentido de ser reposicionarmos a compreensão do tema da integração energética.

³⁴Ibid., idem.

Parte das alternativas aqui colocadas já se encontra imanente no âmbito do setor energético e das sociedades latinoamericanas, enquanto outros chamados fundamentos críticos tem o objetivo de provocar o debate e a discussão sobre pesquisas futuras e possíveis caminhos para a compreensão do tema.

Como um todo, a preocupação é descentrarmos a compreensão da integração regional do nacionalismo metodológico que acompanha as análises mais tradicionais nas ciências sociais e nas relações internacionais, sob as referências do “interesse nacional”, do esclarecimento dos aparatos diplomáticos ou de corporações, restringindo os horizontes políticos do que poderia ser uma integração voltada para o fortalecimento das classes populares e das articulações interregionais na mesoescala .

Seja em sua nuance liberal, seja na vertente mais à “esquerda” do ponto de vista autonomista, essa posição intelectual é representativa de todo um “senso comum” sobre o internacional, compartilhado por acadêmicos, diplomatas, militares, jornalistas e militantes para conferir sentido as questões internacionais. Portanto, se faz necessário desenvolver nos espaços periféricos aquilo que Guzzini no contexto dos países centrais situa como uma crítica ao *habitus* dos participantes do campo das relações internacionais. Em seus próprios termos

“realism is part of the collective memory and self-definition of international relations actors, academics or politicians alike, which order thought, suggest analogies and empower attitudes to political action. Hence it is necessary to engage with realism [...]. Only by doing so we can move beyond our main tradition and school of thought. One cannot study world politics without understanding the main frame of thought which it has been consciously conducted. Very often the world realism depicts is not there, but realism is.”³⁵

Se não podemos descartar essa *doxa* por intenção ou vontade, uma análise crítica deve se engajar diretamente com as categorias que têm contribuído historicamente para a definição dos limites, e não qualquer limite, entre os campos sociais de poder/saber e destes com relação ao Estado, com destaque para sociologia econômica de Bourdieu. Neste âmbito o campo da integração energética deixa de ser definido a partir do choque entre interesses nacionais ou empresariais abstratos, para uma análise das práticas, dos *habitus* e da posição relacional dos agentes do campo . A integração perpassa distintas escalas e atores sociais além das empresas, burocracia estatais e dos profissionais das Instituições Financeiras Multilaterais; sendo permeada pelas relações campo-cidade; existência de formações sociais indígenas e pré-capitalistas; processos de acumulação primitiva de capital; resistências de trabalhadores e classes subalternas, regiões e territórios subnacionais com projetos políticos e concepções distintas do desenvolvimento que ter

35GUZZINI, Stefano "Realism in International Relations and International Political Economy: the continuing story of a death foretold" (London, New York: Routledge, 2002, p. 235

caracterizado a integração regional orientada em mega projetos nos últimos anos.

Resituar essa questão a partir das ciências sociais implica questionarmos as condições que possibilitam a resiliência neoliberal de um arranjo de planejamento para a integração regional de infraestrutura como proposto por parte de consultorias, bancos, burocracias estatais, empresas de engenharia e ideólogos na constituição da IIRSA, permanecer como modelo da integração. De forma ainda mais problemática, esses agentes conferem legitimidade e uma nova roupagem ao modelo próprio das ditaduras militares do Conesul de expansão rodoviária, construção de grandes hidrelétricas e projetos de questionável relevância social, ou até para o abastecimento energético, implementados de forma segmentada e agora privatizada por oligopólios trans-nacionais, em que as populações locais e a natureza são vistos como obstáculos.

Projetos do período em que o próprio Brasil assumia posições subimperialistas na América Latina e os territórios vistos como vazios a ser ocupados ou sacrificados em nome do interesse nacional, como a rodovia Transamazônica e grandes hidrelétricas como Itaipu, Tucuruí e Balbina não se diferenciam substancialmente de iniciativas atuais como a rodovia interoceânica Brasil-Peru ou grandes hidrelétricas de mais de 1000 MW de capacidade instalada como Belo Monte, Tapájos, Jirau e Santo Antônio realizadas no Brasil ou de projetos com arranjo de mercado binacional, como Inambari (Peru) e Cachuela Esperanza e Binacional (Bolívia), pensados para a venda da energia no mercado brasileiro e das hidroelétricas Garabi- Panambi com a Argentina. Além da características de enclave e orientações setorialistas, parte dos projetos atuais são realizados pelas mesmos agentes financeiros e construtoras do período autoritário.

A hegemonia desse modelo de megaprojetos não encerra outras possibilidade do que pode ser a integração energética na região. Como já frizado, cabe aqui destacar alternativas que já se encontram em andamento no desenvolvimento de projetos nos países e especialmente em projetos de integração. Com relação a fontes alternativas de energia poderíamos citar por exemplo, os projetos eólicos binacionais e as interconexões do Brasil com o Uruguai a partir de políticas nacionais recentes implementadas nesse pequeno país da região e que não dispõe de aproveitamento de petróleo e gás significativos para geração de eletricidade. A partir do Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai criado entre as chancelarias dos dois países, as estatais de eletricidade dos dois países, UTE e ELETROBRAS, envolveram-se na construção de um parque eólico conjunto, Artilleros, de 65,1 MW, cuja estrutura societária compartilhada, possibilidade de expansão com outros projetos binacionais e uma demanda garantida frente ao “estrangulamento energético” do Uruguai, colocam um forte potencial para a integração.³⁶

Com as Conversoras de Frequência de Rivera (70 MW), situada com Santana do Livramento

36 Ver http://www.ute.com.uy/sispubnoticias/pubadjuntos/19017_2702INAUGURACI%C3%93N%20PARQUE%20EOLICO%20COLONIA.pdf Acesso em 10/08/2016

e a Conversora de Melo (500 MW) no Uruguai, próximo da fronteira com o Município de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, além de um maior intercâmbio de eletricidade e segurança energética ampliada, os países abrem a possibilidade desenvolver uma integração futura envolvendo financiamento, desenvolvimento de tecnologia, industrialização de equipamentos e um planejamento regional próprio para o uso integrado da energia eólica com outras fontes. Esse tipo de expansão poderia envolver ainda Argentina e Paraguai, em uma região marcada historicamente pelo desenvolvimento de hidrelétricas e rivalidades, mas que abre na atualidade a compreensão dos espaços de fronteira como de encontro, dinamismo e ações conjuntas.

O lado brasileiro da binacional Itaipu busca, por exemplo replicar no Uruguai um modelo de produção de biogás existente no Paraná no Uruguai para produção de biogás no Departamento (Estado) de San Jose, próximo a Montevideu, no Uruguai a partir do aproveitamento dos dejetos da atividade agropecuária (gado leiteiro). Na iniciativa que envolve também a UTE Uruguiaia, biodigestores para extração do gás metano são conectados por gasoduto a uma central termelétrica, que abastece com energia as propriedades rurais. De acordo com promotores, ainda que em pequena escala, o excedente pode ser vendido para a rede distribuidora e a matéria orgânica residual do biodigestor é transformada em biofertilizante..³⁷

No entanto, iniciativas com essa do biogás e de projetos com fontes alternativas de energia; como todas as fontes de biomassa, energia solar e pequenas centrais hidroelétricas, apesar do seu potencial, são formatada e apropriadas em grande parte para servirem a um “ecologismo desenraizado” desprovido de maiores vínculos com os territórios, movimentos sociais e que contribui para a “neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos.”³⁸ Iniciativas da chamada responsabilidade social corporativa são utilizados muitas vezes como propaganda e paliativos, cuja dimensão “meramente local se encaixa bem com o paradigma neoliberal dominante que tem ditado as políticas econômicas e sociais através do mundo, uma vez que não tratam de problemas de larga escala” como destaca Domingues.³⁹

Ao se tomar em conta a função social e pública da energia como uma questão da integração na América Latina encarmos como um fundamento crítico a necessidade de maiores reflexões e estudos a respeito dos processos de regionalização na América Latina na mesoescala, ou seja, partir de um recorte regional e interregional que busque identificar as possíveis sinergias e também os

37 Ver <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/modelo-de-producao-de-biogas-do-parana-sera-replicado-no-uruguai> Acesso em 10/08/2016

38 ACSELRAD. Henri. Ambientalização das lutas sociais. *Revista estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 106. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci_arttext Acesso 10/08/2016

39 DOMINGUES, José Mauricio “Desenvolvimento e dependência, desenvolvimentismo e alternativas1” PONTO DE VISTA, n. 3, março, 2009. Disponível em: neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01mar2009.pdf pg.18 Acesso 10/08/2016

impactos e questões sensíveis próprias as regiões de fronteiras; como as interações existentes entre as cidades gêmeas; as atividades comerciais e produtivas que poderiam ser articuladas a partir dos governos estaduais fronteiriços, departamentos de países vizinhos, agências técnicas, universidades etc, para além do recorte das relações bilaterais.

Além de problematizar o nacionalismo metodológico, estudos voltados para a mesoescala envolvendo múltiplas regiões, nos moldes de um planejamento regional como perseverava Celso Furtado para o Nordeste, podem contribuir para uma maior compreensão política e democratização das decisões sobre o planejamento público e os usos sociais dos territórios, em contraponto a microescala e o localismo, próprios ao discurso empresarial centrado nos mecanismos paliativos e de marketing das iniciativas de responsabilidade social corporativa que contribuem para a despolitização e cooptação das lutas por (re)distribuição do uso e da venda de recursos, como água, energia e minérios.

Destaca-se nesse âmbito os aportes do grupo RETIS da UFRJ, coordenado pela professora Lia Osório Machado, que auxiliou na Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério de Integração Nacional do Brasil em 2005. A metodologia aponta para a compreensão dos fluxos transfronteiriços de bens, capitais e pessoas de forma distinta a dos mercados convencionais. A zona de fronteira passa a ser compreendida pela união das regiões de fronteira de cada lado do limite internacional. Esta construção aponta para um espaço de interações, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, portanto por fluxos e interações transescalares, locais, nacionais e internacionais. Este modelo também permite que sejam separados para fins analíticos os diversos fatores da produção, tais como terra, capital e trabalho facilitando o estudo da extensão dos efeitos do limite internacional no interior do território nacional e conseqüentemente nos mercados de energia, decisões a respeito de sistemas de transmissão e distribuição. O estudo realizado para auxiliar o Ministério da Integração Nacional do Brasil teve como objetivo principal

“promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul. Em um sentido nacional ele busca promover a convergência das políticas públicas setoriais na faixa de fronteira, para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, considerando a diversidade socioeconômica e cultural da região; articular a questão da soberania nacional com o desenvolvimento regional, em sua dimensão econômica, social, institucional e cultural e estimular investimentos em arranjos e cadeias produtivas prioritários para o desenvolvimento sustentável de regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos

benefícios sociais deles decorrentes, o desenvolvimento local e a integração da América do Sul.”⁴⁰

As iniciativas propostas no Programa não foram adiante em termos de políticas públicas no âmbito do Ministério da Integração Nacional brasileiro, apesar de apresentarem uma metodologia inovadora para integração regional nas fronteiras e entre as cidades-gêmeas e de grande relevância para a integração, não só em matéria de energia. Este tipo de compreensão integral e da mesoescala das regionalizações para o estudo e a realização de projetos de infraestrutura representa algo ainda distante do que temos atualmente na medida em que com a estruturação segmentada de projetos em Sociedades de Propósito Específico (SPE) e consórcios com empresas privadas, o próprio projeto a ser executado é colocado como garantia ao financiador, e uma nova empresa voltada para construção e/ou concessão é criada para responder por ele, com menores vínculos e riscos para as estruturas investidoras e com intensa participação de consultorias e atividades terceirizadas, em que a participação social e de outros agentes não-setoriais é restrita.

Em síntese, como destaca Vainer, se

*“a reconfiguração das escalas do poder é um dos elementos definidores da contemporaneidade, a tarefa da objetivação e análise dos embates nessa arena é decisiva. Localismos, nacionalismos, regionalismos, globalismos, todos esses modelos e projetos devem ser incessantemente interpelados. Afinal de contas, o poder, mais do que nunca, não está nem no local nem no regional, nem no nacional nem no global... mas na capacidade de articular escalas, de analisar e intervir de modo transescalar”.*⁴¹

Em termos conclusivos é que apostamos em uma compreensão da integração regional em matéria de infraestrutura e energia que potencialize as relações subnacionais e interregionais e seus estudos, inclusive com o suporte das estruturas intergovernamentais como a UNASUL, seu Conselho Energético e de agências dos governos, para que um outro modelo de integração mais descentralizado e inclusivo se viabilize ganhando escala social, para além da insistência no modelo de megaprojetos (especialmente grandes hidrelétricas) implementadas como modelo de uma nova integração regional.

40 Ver www.igeo.ufrj.br/fronteiras/ Acesso 10/08/2016 ; Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf> Acesso em 10/08/2016

41 VAINER, Carlos. Lugar, região, nação, mundo – explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.8, n. 2, 2006. p. 27.

